

A Economia Solidária e a Experiência das Costureiras de Coité-Pedreiras¹

RESUMO

Tem por objeto de estudo o projeto de economia solidária “Apoio ao Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras”, apoiado pelo Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que atende projetos sociais e é administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Usa como método a trajetória do projeto de economia solidária dentro do Banco do Nordeste, relatando entrevistas realizadas com os atores envolvidos na experiência. Apresenta os seguintes resultados do projeto: acesso ao crédito, oportunidade de primeiro emprego, qualificação de mão-de-obra para o mercado, ganho de dignidade, ocupação e renda, dentre outros pontos. Tais resultados, não exaustivos, indicam a necessidade de estudos complementares sobre a aplicabilidade de recursos do FDR e seus efeitos perante a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE:

Economia Solidária. Desenvolvimento. Nordeste.

MARGARIDA MARIA FELICIANO DE LIMA

- Graduação em Ciências Econômicas e Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará.

CARLOS AMÉRICO LEITE MOREIRA

- Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII;
- Departamento de Teoria Econômica – Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo (FEAAC).

¹ Artigo extraído a partir da Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, “Projeto de economia solidária No BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), apresentada em 02/12/2008.

1 – INTRODUÇÃO

A partir de 2003, vislumbrou-se um novo horizonte para a sociedade brasileira, principalmente na área social. Delineou-se, na agenda pública, a orientação de implantar uma política de apoio à economia solidária, ao desenvolvimento local, à erradicação da fome e da miséria, dentre outras ações sociais e econômicas.

Os sinais dessa nova proposta já apareceram no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004-2007 do primeiro Governo Lula, o “Plano Brasil para Todos: Participação e Inclusão”, que tem como estratégia de longo prazo a inclusão social e a desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego, redutor das disparidades regionais, dentre outros pontos.

Ainda no ano de 2003, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com a missão de fazer a ligação das entidades civis organizadas com os trabalhadores excluídos do setor formal e o governo federal, abrindo o caminho para o desenvolvimento e o emprego por via da economia solidária.

Fazendo um melhor aproveitamento desse contexto político, o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), também abre oportunidades nesse novo cenário. O BNB atua em toda a região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável da sua área de atuação. O BNB conta com o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), criado para produzir e apoiar estudos e pesquisas para dar suporte às ações do Banco e de outras instituições nordestinas.

O Etene administra fundos que visam à disseminação de conhecimento, pesquisas e atividades voltadas ao fomento da economia no Nordeste: Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste (FASE) e Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci).

O FDR é destinado a apoiar projetos de entidades civis organizadas e sem fins lucrativos, tendo priorizado, desde 2003, o financiamento de projetos de pesquisa, estudos e eventos relacionados à temática

da economia solidária. Essas relações são firmadas por convênios que se concretizam por meio de projetos apresentados ao Etene, cujos técnicos têm a responsabilidade de analisar a sua qualidade e a sua contribuição para o desenvolvimento.

Diante da atual diversidade de promoções sociais apresentadas por inúmeros programas, a avaliação dos projetos torna-se algo urgente e necessário. Trabalhar diretamente na análise de projetos que pleiteiam apoio financeiro dos fundos administrados pelo Etene abre uma oportunidade à avaliação.

Neste contexto, insere-se este texto, que tem por objetivo avaliar a contribuição do FDR para a consolidação de um projeto de economia solidária. Para tanto, foi escolhida a avaliação *ex-post* da aplicação dos recursos do FDR em um projeto de economia solidária. Do ponto de vista de um programa do setor público, é fundamental avaliar para justificar, perante a sociedade, a escolha do referido programa e, perante os órgãos fiscais, a sua eficiência. É também uma forma de captar recursos para o seu desenvolvimento, que, para Silva (2001), é a motivação de ordem moral para se avaliar. Segundo Holanda (2006), a avaliação *ex-post* tem papel no processo de formulação e implementação das políticas, fornecendo subsídios para o seu melhor direcionamento.

Uma das limitações já conhecidas é a escassez de dados. Como a maioria dos programas no Brasil, o FDR, em seu planejamento, não previu a sua avaliação e, portanto, não foram definidos indicadores de desempenho nem metas a serem cumpridas. Este é, na verdade, um problema recorrente no Brasil, cuja prática de avaliação se encontra em fase embrionária.

Desde 2003, o FDR passou a ser aplicado em projetos de economia solidária. O projeto “Apoio ao Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras” foi escolhido para ser estudado por ser uma experiência de economia solidária, no Ceará, e ter alguma maturidade, por ter sido implantado em 2004.

Durante o estudo dos referidos temas agregados ao conhecimento prático dos projetos apoiados financeiramente pelo FDR, surgiu o levantamento das questões a serem pesquisadas: qual o impacto social do financiamento do FDR no projeto de economia

solidária de Coité-Pedreiras? Quais as conquistas políticas dos atores envolvidos? Quais as conquistas econômicas obtidas pelas pessoas? Quais os ganhos sociais que as pessoas envolvidas conquistaram?

Para esclarecer as questões formuladas, a coleta de dados escolhida foi a entrevista semiestruturada e a observação direta. A escolha foi feita com base no fato de a entrevista gerar uma maior proximidade entre pesquisador e pesquisado, facilitando a observação direta e a melhor compreensão dos fatos a serem estudados. Todas as entrevistas foram gravadas e as observações anotadas para posterior análise dos dados e esclarecimentos dos fatos.

Foram realizadas entrevistas com os atores-chaves que atuaram na experiência específica de Coité-Pedreiras, ou seja, a coordenadora e seus beneficiários finais. No trabalho, foram criadas iniciais aleatórias para guardar o sigilo dos entrevistados.

A entrevista foi planejada, antecipadamente, através da elaboração de um roteiro com perguntas diretas de ordem quantitativa e qualitativa com os principais temas a serem abordados. Procurou-se não conduzir o entrevistado às respostas, deixando-o sentir-se livre para se expressar. Para tanto, as entrevistas foram realizadas nos domicílios dos pesquisados, sempre em hora previamente determinada, com o objetivo de não atrapalhar as suas tarefas. Foi utilizado, inclusive, o dia de domingo para realizar a pesquisa.

A escolha dos entrevistados foi aleatória, seguindo a liberdade de aceitar ser entrevistado ou não, contanto que todas as pessoas selecionadas para a realização das entrevistas estivessem envolvidas diretamente com o projeto de Coité-Pedreiras.

Outro instrumento utilizado foi a observação dos atores envolvidos na execução do projeto, com o objetivo de captar os sentimentos em relação à proposta. Nesse procedimento, o contato e o diálogo foram ricos e valiosos para a conclusão deste trabalho.

O projeto teve início com cinco mulheres da comunidade e tinha como meta atingir quinze costureiras. Foi mencionado, durante as entrevistas, que mais de 27 pessoas, entre mulheres e rapazes, passaram pela experiência do projeto de Coité-

Pedreiras. Dessas, foram entrevistadas 12 pessoas, sendo 10 mulheres, entre as que iniciaram o projeto e as que passaram por ele, e dois rapazes, que também participaram. Também foi entrevistada a presidente da Associação de Coité-Pedreiras, que ajudou no desenho do projeto apresentado ao BNB/Etene.

2 – O BNB E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) foi criado através da Lei Federal nº 1.649, de 19/07/1952, regulamentada pelo Decreto 33.643, de 24/08/1983, com o intuito de suprir a necessidade de um organismo múltiplo, um “banco especial” de desenvolvimento. (BARBOSA, 1979). É uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do governo federal, com sua sede localizada, desde a sua criação, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Como entidade financeira do governo federal, o BNB atua em cerca de dois mil municípios na região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, com sua sede em Fortaleza, Ceará. Opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo a operacionalização e administração de fundos e programas.

2.1 – O Financiamento do Setor Produtivo

Dentre os programas e fundos operacionalizados pelo BNB, destaca-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Desde sua criação, na Constituição de 1988, é aplicado no setor produtivo, em especial na região semiárida. Este fundo apoia empreendimentos de valor não somente econômico, mas também social, visto que se trata de um instrumento de desenvolvimento regional. Trata-se da maior fonte de recursos operada atualmente por este Banco.

Vários programas foram desenvolvidos para a aplicação dos recursos do FNE para beneficiar as atividades industriais, agropecuárias, agroindustriais,

comerciais e de serviço, inclusive turismo, nas modalidades de investimento e custeio, todos visando à modernização dos setores.

Sempre estive nas diretrizes do Banco a preocupação com a geração de emprego e renda. Em 1979, segundo Holanda (1979, p. 67), entre as diretrizes de política para o desenvolvimento do Nordeste encontrava-se a preocupação com o investimento que o governo federal estaria disposto a assumir, a expansão e a modernidade da agropecuária nordestina, a sua industrialização e a definição de uma política de emprego

[...] que teria como objetivo eliminar progressivamente o desemprego e subemprego existentes, ao mesmo tempo em que se incorporaria ao setor moderno da economia a oferta adicional de mão-de-obra decorrente do crescimento da população e da modernização dos setores tradicionais.

Para o segmento informal urbano, criou o Programa de Microcrédito CrediAmigo, que é hoje o maior programa nessa área em operação na América do Sul. Para o atendimento específico à agricultura familiar, operacionaliza o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em sua área de jurisdição.

2.2 – A Disseminação do Conhecimento Científico

Para dar suporte à ação desenvolvimentista do BNB, foi criado o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Segundo Barbosa (1979), uma das atribuições do Banco do Nordeste seria realizar estudos e pesquisas através do Escritório, definida através da Lei 1.649, artigo 18, parágrafo único.

Criado junto com o Banco, em 1952, já nos primeiros meses de 1954 começou a operar. Inicialmente, obteve consultoria técnica para embasar os estudos sobre a região que iriam apoiar as ações do BNB. Fica a cargo o Etene o diferenciador que o BNB tem em relação às outras instituições financeiras, que são os estudos e pesquisas sobre a região.

O Etene tem como responsabilidade básica a realização de pesquisas e estudos globais, setoriais, conjunturais, de cenários e de oportunidades de investimento, a identificação de restrições

e oportunidades para atuação do Banco numa perspectiva de curto, médio e longo prazos, a proposição de diretrizes macroeconômicas para o planejamento estratégico do Banco do Nordeste, a colaboração na formulação e avaliação de programas de desenvolvimento.

Também é de responsabilidade do Etene a operacionalização da política do BNB para o apoio a projetos de pesquisa e difusão, de natureza econômica e tecnológica, com recursos de três fundos: Fundeci, FASE e FDR. O Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) é objeto de pesquisa do presente estudo.

O BNB apresenta à sociedade científica da região uma cooperação técnico-científica que se consolida através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci). A ênfase à aplicabilidade da pesquisa na inovação tecnológica e na absorção de novas tecnologias através da difusão tecnológica é o propósito que o Banco tem diante dos objetivos da aplicação do Fundeci.

Ao longo desses anos, o Fundeci tem apoiado diversos projetos de indução e difusão tecnológica, como apoio a incubadoras de empresas, agricultura, agroindústria, pecuária, biotecnologia, recursos hídricos, convivência com o semiárido, energia e meio ambiente em parcerias com instituições de pesquisa e ensino do Nordeste e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

2.3 – O Apoio a Projetos Sociais

O apoio a projetos sociais ocorre principalmente por meio do FDR, que foi instituído pelo Decreto da Presidência da República nº 94.386, de 28 de maio de 1987, para ser administrado pelo BNB, sendo regulamentado² em 23 de dezembro de 2003. A gestão do referido fundo e sua operacionalização ficou a cargo do Etene desde a sua criação e tem apoiado diversas iniciativas no Nordeste.

Esse fundo tem como objetivos apoiar

² A regulamentação, ou seja, o conjunto de normas que regem o FDR estabelece as diretrizes para a sua aplicação, administração e fiscalização. A Resolução nº RD/5.162, de 23 de dezembro de 2003, da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) está no Anexo A.

financeiramente programas e projetos sociais que visem a prestar assistência técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefícios para as populações da área de atuação do BNB e financiar atividades ou programas específicos ou pesquisas voltadas ao fomento da economia do Nordeste.

Os recursos do FDR são provenientes de doações feitas pelo BNB, como despesa operacional própria, tendo em vista os resultados de cada ano; também são oriundos de dotações orçamentárias da União; de subvenções, doações ou financiamentos concedidos por outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, e de eventuais retornos e resultados das operações do FDR, segundo o seu Regulamento.

Compete à presidência do BNB a aprovação do projeto a ser beneficiado com os recursos do FDR a partir de uma informação preparada por técnicos do Etene, que é responsável pela administração técnica e financeira do FDR.

Desde 2003, esse fundo tem sido aplicado com mais intensidade em projetos sociais, período em que o BNB assimila a orientação do governo federal de dar ênfase aos projetos sociais, tendo como uma das prioridades projetos com atuação no âmbito de economia solidária, participativa, autogestão e desenvolvimento local.

Todos os projetos apoiados devem ser submetidos por entidades da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, o terceiro setor.

Desde a sua criação em 1987 até 2003, foram aplicados R\$7,6 milhões,³ atendendo 65 projetos. De 2003 a novembro de 2008, foram financiados R\$14,1 milhões em recursos, indicando uma nova fase para o FDR. No último período mencionado, foram financiados projetos com diversos objetivos, dentre os quais aqueles direcionados a apoiar iniciativas de economia solidária, com o Grupo Solidário das Costureiras de Coité-Pedreiras.

³ Valores totais aplicados, do FDR, entre 1987 a 2003 e 2003 a novembro de 2008, estão atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), set/2008.

3 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Mais e mais se descobre no Brasil que o cooperativismo de produção é o meio através do qual os empregados passam a possuir seus próprios negócios como uma alternativa às altas taxas de desemprego. Os empregados que constituem seus próprios negócios têm nas cooperativas de crédito o aporte financeiro necessário para o seu financiamento.

Vive-se a era da globalização e da tecnologia. E como o resto do mundo, o Brasil está inserido nesse processo, cujo motor é o capital que gera exclusão. Junto à globalização, chegam as novas estruturas de produção gerando o desemprego e os excluídos do processo. Como parte da resposta da sociedade à profunda crise da economia, do emprego, da exclusão social, a economia solidária se apresenta com uma força inovadora perante o grande desafio, assim como ressalta Souza; Cunha e Dakuzaku (2003, p. 40):

A mobilização mais ampla em torno da econômica e social está abrangendo as experiências populares de pequeno porte, de caráter informal e baixa rentabilidade. Ou seja, o lado bastante precário de economia brasileira, marcado pelo imprevisto e pela criatividade popular, parece estar sendo considerado da perspectiva de um desenvolvimento socialmente inclusivo. O pequeno seria pensado como semente do grande e isso apresenta um potencial de transformação cultural e política.

Desde o seu “descobrimento” aos dias atuais, o Brasil viveu em busca da industrialização e do desenvolvimento. Algumas etapas desse processo de industrialização já foram vencidas, podendo-se lembrar o sucesso do modelo de substituição de importações, anteriormente mencionado. Como consequências dos diversos modelos e políticas públicas implementadas para o desenvolvimento do país ao longo de sua existência, tem-se a concentração de riquezas gerando um contingente considerável de miseráveis.

Nas chamadas décadas perdidas, as duas últimas décadas do século XX, o Brasil enfrentou uma forte crise econômica, que gerou desemprego em massa e, por consequência, a exclusão social de um exército de “sobrantes”. O país refletia o que se passava no mundo através da financeirização e da mundialização do capital, associado ao avanço tecnológico, que

modificavam a estrutura de produção, diminuindo postos de trabalho e gerando a precarização do trabalho. Esse quadro gerou um ambiente favorável à explosão da economia solidária, que se firmou como resposta à falta de emprego e à crise do trabalho.

A necessidade de os trabalhadores encontrarem alternativas para a geração de renda fez com que eles buscassem novas formas de organização do trabalho diferentes da relação capitalista do trabalho. Frente à crise do trabalho assalariado, decorrente das mudanças econômicas, sociais, culturais, ambientais e tecnológicas, que agravaram o desemprego, os trabalhadores encontraram na economia solidária seu resgate, sua emancipação, seu trabalho e seu sustento.

Eles se organizam em projetos produtivos solidários, em cooperativas populares de produção e de serviços, em redes de produção e comercialização, em bancos populares e em empresas autogestionárias, entre outras. A economia solidária apresenta-se tanto na zona urbana quanto na área rural brasileira.

Os trabalhadores excluídos no mercado formal de trabalho buscam, através da economia solidária, a sua inserção. Esses desempregados foram gerados tanto pela conjuntura, ou seja, perderam seus postos de trabalho devido a fatores da economia, quanto pela estrutura em que se encontram os inúmeros seres humanos que vivem na pobreza absoluta. Estes últimos herdaram a condição de exclusão do mercado formal de trabalho, nunca tiveram a oportunidade de se inserir nesse contexto, não possuem a condição de cidadãos. Os desempregados conjunturais estavam no mercado formal e perderam seus postos de trabalho devido a fatores da economia, como a reestruturação de mercado, as privatizações de empresas públicas e as inovações tecnológicas.

4 – GRUPO SOLIDÁRIO DAS COSTUREIRAS DE COITÉ-PEDREIRAS

O projeto das costureiras solidárias de Coité-Pedreiras começou com a ideia de duas mulheres incomodadas com a falta de opção e o “marasmo” em que viviam, como relatam as pessoas entrevistadas.

Uma das mulheres entrevistadas citou categoricamente “a falta de renda e ocupação” como

o motivo-matriz para a formação do projeto do salão, base para a formação de um projeto de economia solidária quando se inclui a população formada por excluídos do mercado.

O grupo de costureiras solidárias forma um empreendimento de economia solidária em que mais importante que a produção, o lucro, fatores fundamentais na empresa capitalista, no projeto estudado as ideias-matrizes são a ocupação e o trabalho.

Coité-Pedreiras é uma comunidade do distrito-sede de Caucaia, distante cerca de 20 quilômetros da sede. Dista em torno de cinco quilômetros do Km 20 da BR 222. Essa comunidade fica distante de Fortaleza, saindo pela BR 222, em torno de 30 quilômetros.

Nessa Comunidade, residem cerca de 600 famílias. Sua formação está ligada à exploração de pedreiras, hoje desativadas pelo Exército. Na comunidade, não existe saneamento básico, nem mesmo abastecimento de água. Lá não existe posto de saúde. As questões de saúde, mesmo de emergência, requerem o deslocamento das pessoas à sede de Caucaia.

Coité-Pedreiras conta com uma escola municipal com ensino fundamental funcionando nos três turnos. A escola está equipada com uma quadra de esportes coberta. A Comunidade possui uma capela da Igreja Católica e três igrejas evangélicas. Em termos de transporte, diariamente passam ônibus e *topics* para Caucaia. As ruas não são pavimentadas. O número de veículos é inexpressivo e há outros meios de transporte como motos, bicicletas, carrinhos-de-mão e carroças.

O comércio local é basicamente formado por pequenos bares com pouca variedade de mercadorias. As pessoas, quando necessitam, compram “as coisas na rua”, isto é, no comércio de Caucaia.

As casas são pequenas, geralmente de três cômodos e um banheiro. É comum encontrar, em um único terreno, três ou mais núcleos familiares: avós, pais e filhos da mesma família.

O projeto do salão foi apresentado pela Associação Comunitária de Coité-Pedreiras. A associação é composta pelos moradores da comunidade, mas

nem todos se envolveram no referido projeto. Os sócios geralmente eram os homens. As mulheres da região não se interessavam em participar, por não acreditarem que desse certo. Quando houve a necessidade de apresentar o projeto ao BNB foi que as mulheres se associaram.

A sobrevivência através do trabalho agrícola está cada vez mais enfraquecida na região. As oportunidades de trabalho assalariado, para os homens da localidade, são poucas, giram em torno de duas empresas em Caucaia, e para as mulheres, são quase inexistentes.

Geralmente, os homens trabalham em uma indústria de Caucaia ou se deslocam durante a semana ou até durante a quinzena para trabalhar como pedreiros, marceneiros, eletricitistas etc. em cidades próximas.

Antes de participarem do projeto do salão, as mulheres de Coité-Pedreiras tinham poucas opções para se ocuparem. As pessoas entrevistadas afirmaram que, antes do projeto, ocupavam-se em trabalhos domésticos: lavar pratos, cuidar dos filhos. Eram donas de casa, não tinham emprego fora.

Uma profissão exercida por elas era a de doméstica em Fortaleza, que requeria a ausência da família e da casa por quinze dias ou um mês.

Dentro de Coité-Pedreiras, existia a pedreira em que elas trabalhavam quebrando pedra, mas foram substituídas pelas máquinas. Quando as pedreiras dispensaram o trabalho das mulheres, ficou a opção de bordar lencinhos a mão. Mas a remuneração do bordado era muito baixa. As mulheres passavam o dia inteiro para bordar as peças e, no final do mês, ganhavam em torno de R\$30,00 (trinta reais) — quem bordava mais.

Em Coité-Pedreiras, pessoas passavam procurando trabalhadores para formar facção. Existem várias formas de facção, mas a base é que um grupo de costureiras, cada qual especializada em uma máquina, faz uma operação e monta peças de roupas, que são trazidas por uma fábrica já cortadas. Pode ser que quem providencie as peças a serem montadas seja dono das máquinas ou fornecedor das linhas. As máquinas podem ser das próprias costureiras ou alugadas de terceiros.

Diante da possibilidade de se tornarem costureiras de uma facção, duas mulheres de Coité-Pedreiras buscaram a associação e passaram a fazer reuniões em busca de opções de trabalho. Poucas mulheres entre as entrevistadas sabiam costurar, mas, diante do desejo de se ocuparem e aumentarem a renda, começaram a se reunir. Mas elas não tinham máquinas nem local onde trabalhar. Diante desse impasse, procuraram a presidente da associação na época.

Inicialmente, o grupo de mulheres procurou a associação e acertou, com uma fábrica de confecções de Caucaia, a instalação em Coité-Pedreiras de uma facção. A associação participou cedendo o espaço físico para o seu desenvolvimento, que era o salão comunitário. A fábrica alugou as máquinas, pois as mulheres não dispunham delas, como relata uma mulher:

A formação do grupo solidário requereu a participação em reuniões, com a presença da presidente da associação esclarecendo o tema, mas a ideia já fazia parte das intenções de uma das líderes do grupo das mulheres.

O grupo de mulheres acertou que o ganho seria dividido igualmente entre elas e as mães poderiam trabalhar com seus filhos para facilitar a atenção com eles. O grupo foi formado segundo as bases da economia solidária, em que todos são proprietários e o ganho seria de todos juntos:

4.1 – O Primeiro Dia de Trabalho do Grupo Solidário de Coité-Pedreiras

A ideia tomou corpo e, por meio de reuniões e convites feitos pelo grupo as mulheres de Coité-Pedreiras, animaram-se com a oportunidade de modificar o seu dia-a-dia ganhando mais que bordando lencinhos.

Primeiro, procuraram o espaço físico para desenvolver o trabalho na associação. Através do apoio da então presidente, passaram a ocupar o salão que pertence à associação. Outro ponto vencido foi o cliente da facção. A opção foi por uma pessoa que tinha duas tarefas a cumprir: fornecer trabalho (a demanda) e emprestar as máquinas.

Inicialmente, o trabalho era regido por um senhor, dono da facção, que era o único cliente do grupo

solidário. Ele tinha uma fábrica de confecção e colocava facção para as pessoas trabalharem em casa sem pagar os direitos dos trabalhadores. Era proprietário das máquinas utilizadas pelas costureiras, tinha a exclusividade do trabalho delas e era o único fornecedor da linha para o grupo, ao preço bem acima do preço de mercado. Ele se apropriava do lucro após descontar o que o grupo estava devendo em linhas. Da forma como o grupo estava trabalhando, ou seja, para o dono das máquinas, restava muito pouco no final do mês, quase o mesmo do trabalho dos lencinhos.

A ideia do projeto para ser apresentado ao BNB/Etene surgiu da necessidade de auferir maiores retornos, pois o fabricante, proprietário das máquinas, controlava os preços das peças e das linhas como fornecedor exclusivo e das cotas de produção.

A presidente da associação, que tinha conhecimento da existência dos recursos do FDR, em que o projeto do salão se enquadrava, resolveu incentivar o grupo a enviar o projeto para o BNB/Etene.

4.2 – O Projeto Apresentado

O objetivo do Projeto Coité-Pedreiras, apresentado ao BNB/Etene, apoiado financeiramente pelo FDR, escolhido para compor a avaliação qualitativa deste trabalho através da pesquisa dessa experiência, reporta-se à economia solidária quando diz “possibilitar a autogestão de seu trabalho e a divisão igualitária do ganho”, pois, segundo Singer (2001, p. 46):

Economia solidária são formas de organização econômica que adotam os valores da democracia levados até as últimas conseqüências dentro da área econômica: de que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de decisão, se tiver que delegar todos votam por igual e as pessoas que os representam têm que se submeter à sua vontade senão são destituídas e são eleitas outras. Então, economia solidária é uma forma democrática e igualitária de organização de diferentes atividades econômicas.

Por se tratar de um projeto de economia solidária, a participação dos envolvidos é pressuposto requerido no formato seguido por Alves e Silveira (1998), que identifica “participar” como tomar parte ativa nas decisões, planejar e executar uma ação deixando de lado a competição, que é ponto fundamental no sistema de produção capitalista, gerando na população

a oportunidade de uma vida mais humana e digna.

O apoio financeiro de R\$25.000,00 ao Grupo de Coité-Pedreiras foi para a aquisição e instalação de cinco máquinas de costura industrial para as costureiras da associação trabalharem em forma de facção solidária.

4.3 – O Grupo Solidário de Coité-Pedreiras Apoiado pelo FDR

O projeto foi aprovado e os recursos foram liberados. As máquinas foram compradas e ficaram pertencendo de direito à Associação Comunitária de Coité-Pedreiras.

Equipadas e sem compromissos financeiros, conseguiram um cliente. Com os recursos do FDR, elas passaram a ser as donas das máquinas, tinham capital de giro para comprar as linhas e não estavam mais presas a um único cliente como era anteriormente. Logo começaram a surgir pessoas interessadas em aprender o ofício.

As divergências começaram quando as costureiras que trabalhavam mais passaram a achar que deveriam ganhar mais. As que não eram costureiras, as auxiliares, queriam ganhar igual, já que o trato inicial era este. E existiam as que achavam que todas deveriam ganhar igual, independentemente de cada uma e de cada dificuldade particular.

O problema foi resolvido quando definiram que haveria dois tipos de ganho, segundo o papel desempenhado no projeto. As costureiras ganhavam um pouco mais que as auxiliares, que trabalhavam no acabamento.

O fato de as pessoas passarem a discordar do trato inicial de todos ganharem igual gerou insatisfação e as pessoas começaram a desejar melhorias em suas rendas. Como já tinham aprendido a costurar, poderiam ganhar mais, quer seja montando uma facção própria, gerando trabalho para outras pessoas, quer seja como funcionários de empresas grandes com carteira assinada e todos os direitos trabalhistas.

4.4 – Autonomia, Acesso Igualitário à Capacitação e Renda

A forma como as costureiras de Coité-Pedreiras trabalhavam, como transcorria o seu dia-a-dia, mostra o grau de satisfação com o que faziam. Fazer o que se gosta de fazer depende da oportunidade. O projeto veio contribuir com uma oportunidade de trabalho para as pessoas de Coité-Pedreiras, em especial para as mulheres e jovens, através da capacitação para diversas pessoas na comunidade.

Existia também a diversidade dos trabalhos. Não se tratava de uma capacitação somente em costura; o conserto das máquinas também gerava outras oportunidades.

As mudanças advindas da participação no Grupo de Costureiras Solidárias desenvolveram a autoestima das pessoas, fortalecendo-as para enfrentar obstáculos em suas vidas, gerando mudanças significativas: “Mas eu agradeço muito porque se hoje eu criei coragem para enfrentar alguma coisa na minha vida foi devido à experiência do projeto.” (L.C.).

Nota-se claramente a importância da experiência do projeto do salão para a comunidade de Coité-Pedreiras. Como ensina Barbosa (2006), entende-se que a economia solidária promove a inclusão do homem à sociedade, elevando sua autoestima, fazendo com que ele se sinta importante.

4.5 – Protagonismo dos Atores, Participação Igualitária na Condução do Projeto, nas Decisões, na Organização do Trabalho, na Formação de Lideranças

Durante o projeto, as pessoas sempre se reuniam, tinham a oportunidade de opinar, de falar na hora que tinham que decidir uma coisa nova. Como exemplo, foi discutida, em reunião, a possibilidade de apresentar projeto ao BNB/Etene e a sua construção.

Segundo Bordenave (1987, p. 16), “se procurarmos a motivação dos participantes de uma atividade comunitária qualquer, notaremos neles uma satisfação pessoal e íntima que com frequência vai muito além dos resultados úteis de sua participação”. Percebe-se que com a participação nas reuniões as pessoas foram ganhando respaldo perante suas famílias e se fortalecendo como grupo.

4.6 – Acesso a Bens e Serviços Básicos e Mercados, Geração de Trabalho e Renda

O projeto do salão favoreceu não somente as pessoas inicialmente envolvidas no desenho do projeto, mas a comunidade de Coité-Pedreiras como um todo diante da inexistência de oportunidades de ocupação e geração de renda.

Diretamente, participaram no projeto, no primeiro momento, quatro mulheres. Ocorreu grande rotatividade e, em determinado momento, o grupo contava com mais de vinte mulheres e sete rapazes que tiveram sua primeira experiência profissional.

Essa rotatividade no grupo, por um lado, podia parecer um ponto negativo, mas, por outro, as pessoas de Coité-Pedreiras estavam sendo treinadas em um ofício, havia a capacitação do mercado, abrindo às pessoas novas oportunidades de trabalho e renda.

Percebe-se claramente que essas pessoas se uniram e montaram o Grupo Solidário de Costureiras de Coité-Pedreiras em virtude de sua exclusão do sistema, pois eram mulheres pobres, com pouco estudo, moradoras de uma comunidade sem oferta de emprego.

A partir da experiência gerada pelo projeto do salão, algumas pessoas montaram sua própria facção, levando toda a tecnologia aprendida e, nessas novas facções, trabalhavam em ritmo diferente do do salão, como relata uma das pessoas que saíram do projeto:

Dos grupos que se formaram, encontra-se um que busca vivenciar elementos que o justificam como um grupo de economia solidária, assim como classifica Singer e Souza (2002, p. 27): “sistema de repartição baseada em pagamento igual por hora de trabalho de qualquer pessoa”.

Alguns participantes do projeto, ao aprenderem o ofício, optaram por trabalhar com carteira assinada e, assim, se lançaram no mercado de trabalho. Nisso, o salão teve grande contribuição. Além de permitir o aprendizado, emitia declaração de experiência para qualificar o currículo apresentado. Atualmente, alguns ex-membros do grupo trabalham em grandes empresas em Fortaleza.

O projeto, que havia sido desenhado para mulheres, atingiu a comunidade toda, não desprezando os jovens, em especial os que estavam desempregados ou em busca do primeiro emprego.

Uma das grandes conquistas que o projeto proporcionou ao grupo foi o acesso ao crédito, que, como se sabe, também é seletivo e exclui os grupos pertencentes a faixas de renda inferiores. O relato de que duas ex-participantes são clientes do Crediamigo mostra a mudança de *status*, já que referido programa exige experiência mínima de trabalho do pretendente ao crédito.

5 – CONCLUSÕES

Uma pesquisa avaliativa deve ser feita para que seus resultados, conclusões e recomendações sejam conhecidos. Esses resultados devem ser apresentados para que sejam trabalhados e tenham implicações como melhoria no processo do programa implementado. (AGUILAR; ANSER-EGG, 1994). Cabe aqui neste trabalho apenas apresentar indícios para a continuidade dos estudos sobre a aplicabilidade de recursos do FDR e seus efeitos perante a sociedade.

“A definição de uma estratégia de desenvolvimento regional é uma decisão de natureza basicamente política.” (HOLANDA, 1979, p. 51). É uma decisão de caráter político, já que existe um custo para que aconteça o desenvolvimento. Através do projeto aqui apresentado, verifica-se que, através de uma política pública, mesmo com uma pequena monta de recursos, é possível proporcionar o desenvolvimento das pessoas.

No projeto Coité-Pedreiras, são bastante claros os efeitos em termos de bem-estar, autonomia, ganho de autoestima, capacitação, geração de renda e criação de oportunidades e outros horizontes de vida.

Neste trabalho, buscou-se desenhar um quadro mostrando os efeitos que a aplicação dos recursos do FDR proporcionou junto a Coité-Pedreiras. Os objetivos dos programas costumam ser vagos, imprecisos ou formulados de uma maneira por demais geral. Mas, no final, percebe-se que, através da experiência estudada, quando se procura executar o que foi proposto, alguns efeitos alcançados se tornam

abrangentes, proporcionando à comunidade diferentes oportunidades.

O projeto apresentado ao BNB/Etene pela Associação de Coité-Pedreiras tinha como objetivo a compra de cinco máquinas de costura industrial que seriam utilizadas pelo grupo de costureiras solidárias. Elas trabalhariam em regime de autogestão e divisão igualitária do ganho. O Banco, através do Etene, aprovou o projeto e apoiou a Associação para a aquisição das máquinas com recursos de R\$25.000,00 (vinte cinco mil reais), em 2004.

A partir desse projeto, foram encontradas pessoas que hoje estão trabalhando em empresas de grande porte, tanto em Caucaia quanto em Fortaleza. Essas pessoas optaram por trabalhar em uma empresa que oferecesse carteira assinada e todos os direitos garantidos. Mas somente conseguiram vaga nessas empresas porque aprenderam e adquiriram experiência no projeto de Coité-Pedreiras.

Encontramos um projeto de economia solidária capacitando e qualificando mão-de-obra para o mercado. Esse objetivo não estava especificado, mas está sendo colhido dentro da comunidade. Também frutos do projeto do salão, foram encontradas pessoas que montaram sua própria facção. A partir da experiência vivida através do projeto, optaram por sair e se tornar microempresárias.

Um grupo de costureiras solidárias, apoiado financeiramente pelo FDR, prepara pessoas para montar seu próprio negócio, gerando novos pontos de trabalho e renda.

Dentre as microempresas, foram detectadas duas que são clientes de um outro produto do BNB, o CrediAmigo. Essas pessoas migraram do FDR para o CrediAmigo.

A partir dessa situação pesquisada, constata-se que o FDR, que é um Fundo do BNB/Etene voltado para o público que não tem acesso a Banco, capacita-o a ser cliente do Banco, gerando oportunidade de desenvolvimento.

Além dos efeitos anteriormente mencionados, observa-se que as pessoas envolvidas no projeto do

salão apresentaram um elevado grau de satisfação em terem participado da experiência do grupo das Costureiras Solidárias de Coité-Pedreiras, quer seja por adquirirem retornos monetários, quer seja pela aprendizagem, ou até mesmo, como mencionado por um deles: “Nós ganhamos ... DIGNIDADE.” (L.L.).

Pode-se concluir que o projeto pesquisado trata-se de referência, pois promoveu uma mudança significativa entre os moradores da comunidade em diversas dimensões de suas vidas: social, econômica e política.

O cooperativismo recebeu dos teóricos Owen e Fourier, segundo Singer e Souza (2002, p. 38), a “inspiração fundamental”, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e do erro. A experiência da Associação de Coité-Pedreiras tentou, errou e conseguiu. Conseguiu expressões do tipo: “Uma experiência boa na minha vida e que eu jamais vou esquecer. Muito boa mesmo!”

Observou-se que, em uma sociedade capitalista, a falta de capacitação quanto a temas como economia solidária, cooperativismo e até mesmo associativismo é um fator crítico e motivador para o insucesso de projetos dessa natureza. A sociedade precisa conhecer mais sobre o tema, abrir discussões sobre essa forma de trabalhar e envolver o maior número de pessoas.

Recomenda-se que, em futuros projetos produtivos solidários, as entidades envolvidas possam ser alertadas ou até mesmo ser requerido que haja ciclos de palestras para esclarecimentos, capacitação da população envolvida sobre temas relacionados ao projeto apresentado, com o objetivo de fortalecer as bases de sustentação do programa.

Esta pesquisa relata o desenvolvimento de um projeto apresentado por uma entidade sem fins lucrativos ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que, ao apoiar a iniciativa deu oportunidade de crescimento a um público que vivia à margem do processo produtivo. “Sobrantes” do processo gerado pelo neoliberalismo, os envolvidos no projeto ganharam conhecimento, segurança e autoestima a ponto de se

colocarem no mercado de trabalho independentes da continuação do projeto.

Uma questão que se coloca é sobre até que ponto a política pública voltada para a economia solidária é uma proposta inovadora, emancipatória do capitalismo industrial, ou uma política compensatória, uma alternativa para a crise do emprego.

No estudo aqui apresentado, pode-se perceber claramente que, mesmo dentro do capitalismo, existe a possibilidade de convivência com a experiência de economia solidária. Sobre a base do capitalismo que providencia a comercialização, propiciando a formação da facção, a experiência em Coité-Pedreiras se desenvolveu proporcionando a geração de trabalho e renda para a população antes à margem do mercado.

Por sua vez, vale ressaltar que o direito à cidadania está ligado diretamente ao trabalho. (GUIMARÃES, 1999). O homem, em busca de sua cidadania, encontra alternativas por conta própria ou com o apoio de políticas, pois dificilmente o exército de “sobrantes” se transformará, em sua totalidade, em trabalhadores assalariados.

O BNB, conforme esta pesquisa, é uma entidade que possui produtos para todos os níveis empresariais, inclusive para a população que está à margem dos padrões de clientes bancários. Realmente, como visto nos capítulos iniciais, o BNB foi criado para ser um “Banco especial”, buscando o desenvolvimento da região. (BARBOSA, 1979). O desenvolvimento aqui pensado tem reflexos no bem-estar da população. Só através de políticas públicas federais, estaduais e municipais pautadas no crédito e na tecnologia, pode-se vislumbrar a transformação da economia para acolher os excluídos do processo de produção vigente. O FDR, aqui pesquisado através da experiência de Coité-Pedreiras, mostrou-se uma alternativa de capacitação, ocupação e geração de postos de trabalho e renda, além de resgatar a cidadania das populações desempregadas e sem perspectivas.

Por fim, que a experiência aqui apresentada e as conclusões elencadas possam servir de subsídio para futuras decisões sobre a participação do BNB/Etene junto a projetos produtivos solidários através do FDR,

ou até mesmo auxílio para futuros estudos sobre os temas aqui apresentados.

ABSTRACT:

This article has as object of study, the solidarity economy's project named "Support to Coité-Pedreiras Dressmakers solidarity group". This project received in 2004, financial support of the Regional Development Found (FDR), found managed by BNB/Etene for social projects. This work talks about the used methodology and the obtained results. The study provides oneself with big importance while it will contribute offering a product that will work as a subsidy to detect positive and negative points and, then suggests settlements in the financing policies and criteria of the funds administered by ETENE. At last, this kind of work will contribute to evaluate BNB's mission fulfilling in promoting sustainable regional development.

KEY WORDS:

Solidarity Economy. Development. Northeast.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, M. J.; ANSER-EGG, E. O processo de avaliação: aspectos chaves do ponto de vista metodológico. In: _____. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 4.
- ALVES, M. O.; SILVEIRA, L. L. Entre o tutorial e o participativo: a abordagem de intervenção na estratégia de ação do Banco do Nordeste. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas, 1998.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **O Banco do Nordeste**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Principal/gerados/o_banco.asp>. Acesso em: 3 mar. 2008.
- _____. **Fundeci, Fase, FDR 2004**. Fortaleza, 2005.
- _____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: ETENE 2003**. Fortaleza, 2004.
- _____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: ETENE 2004**. Fortaleza, 2005.
- _____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: ETENE 2005**. Fortaleza, 2006.
- _____. **Relatório de atividades do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: ETENE 2006**. Fortaleza, 2007.
- BARBOSA, R. **O BNB e o desenvolvimento econômico da região**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
- BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S. e. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília, DF, 2006.
- _____. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: jan/abr. 2008.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DOWBOR, L. **Democracia econômica: um passeio pelas teorias**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- GAIGER, L. I. G. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GUIMARÃES, G. **Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 1999.
- HOLANDA, A. N. C. **Avaliação de programas: conceitos básicos sobre a avaliação ex-post de**

programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006.

_____. **A política de desenvolvimento do Nordeste.**

Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

IBGE. **Município de Caucaia:** mapa das localidades.

Disponível em: <http://www.caucaia.ce.gov.br/images/Mapa_Localidades_2007.jpg>. Acesso em: 20 jul. 2008.

SILVA, M. O. S. e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais:** teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SINGER, P. Economia solidária: possibilidades e desafios. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 88/89, p. 44-58, mar./ago. 2001.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, A. J. **Nação e região:** os discursos fundadores. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, Nação e Região, 2000. Ciclo de Conferências Brasil 500 anos.

SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Org.). **Uma outra economia é possível:** Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

Recebido para publicação em: 23.03.2009

